

PROCESSO	- A.I. Nº 08888540/02
RECORRENTE	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO	- COOPERATIVA DE FOMENTO AGRÍCOLA VALENÇA LTDA.
RECURSO	- RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 1ª JFJ nº 0337-01/02
ORIGEM	- INFAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET	- 17.12.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0440-12/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO NÃO INSCRITO. MERCADORIAS EM ESTOQUE, DESACOMPANHADAS DE NOTAS FISCAIS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A situação era do conhecimento da repartição fiscal, que havia consentido provisoriamente o funcionamento da empresa, até a regularização de sua documentação fiscal. Consta que os tributos devidos vinham sendo pagos. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício, impetrado contra a Decisão exarada pela 1ª JFJ, através do Acórdão nº 0337-01/02.

O Auto de Infração foi lavrado em 19/4/2002, diz respeito ao lançamento de ICMS relativo a mercadorias em estoque em estabelecimento não inscrito no cadastro estadual de contribuintes sem documentos fiscais. Imposto exigido: R\$106.893,96. Multa: 100%.

Para que não restasse qualquer dúvida quanto ao acerto da Decisão Recorrida, esclarece o D. Relator da 1ª JFJ, José Bezerra Lima, no seu bem fundamentado voto, *ipse literis* o que segue:

No caso em apreço, o contribuinte teve dificuldades de se adequar às exigências formais para inscrição nos órgãos de controle. Porém não agiu clandestinamente, haja vista que o titular da INFAZ Valença informa ter sido procurado pelos responsáveis pela cooperativa, que expuseram o problema, e passaram a informar as mutações de seus estoques, para fins de tributação. Está claro que o digno inspetor autorizou o funcionamento do estabelecimento nessas condições, provisoriamente, até que se regularizasse a situação dos documentos constitutivos do empreendimento. Considero louvável, sob todos os aspectos, a atitude do digno inspetor. Administrar responsabilmente a cobrança de tributos é isto. O importante é assegurar-se o cumprimento da obrigação principal. Está evidente que a cooperativa tem nesse caso uma função social relevante, tanto assim que a Secretaria da Agricultura e a Prefeitura de Valença têm dado o necessário apoio para que o projeto da cooperativa vá em frente.

Segundo o Inspetor de Valença, a inscrição cadastral foi concedida em 28/6/2002, data em que foram deferidos pedidos de diferimento para cravo-da-índia, pimenta-do-reino, guaraná, urucu e dendê. Portanto, a partir do deferimento da inscrição, regulariza-se a situação em caráter definitivo. E em relação aos fatos pretéritos, consta nos autos que a cooperativa vinha informando a movimentação de mercadorias, para emissão dos documentos próprios pela repartição fiscal. Foram

anexadas aos autos cópias das aludidas comunicações. O fiscal autuante alega que a cooperativa efetuava operações de entradas e saídas de mercadorias e fazia um comunicado à INFAZ de Valença, sendo que os comunicados eram recepcionados, carimbados e assinados supostamente por funcionário daquela Inspetoria. Por que “supostamente”? Essa insinuação é descabida, pois o fato era do conhecimento do Inspetor, como este afirma claramente.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.”

Desta decisão a D. 2ª JJF, recorre de ofício para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00.

VOTO

Da análise do presente processo, constatamos, o recorrente não teve o intuito de sonegar tributos, e a prova disso é que, desde o primeiro dia em que recebeu produtos para armazenar, vinha informando à INFAZ de Valença todo o estoque existente para posterior emissão de documentos e registro, assim que conseguisse a inscrição estadual, a qual foi solicitada desde fevereiro de 2002, tendo o pedido sido indeferido porque o código do CNAE divergia do CNPJ, sendo que a correção requeria longo processo.

De acordo com a informação do Sr. Inspetor de Valença, a partir do deferimento da inscrição, regulariza-se a situação em caráter definitivo. E em relação aos fatos pretéritos, consta nos autos que a Cooperativa vinha informando a movimentação de mercadorias, para emissão dos documentos próprios pela repartição fiscal. Foram anexadas aos autos cópias das aludidas comunicações. O fiscal autuante alega que a cooperativa efetuava operações de entradas e saídas de mercadorias e fazia um comunicado à INFAZ de Valença, sendo que os comunicados eram recepcionados, carimbados e assinados naquela Inspetoria.

Em atendimento aos princípios da legalidade objetiva e da verdade material que norteiam o Processo Administrativo Fiscal, que, por sua vez, encontram ressonância no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal baiano, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99 a informação produzida pela INFAZ de Valença, sanou definitivamente as dúvidas existentes neste PAF, estando, assim, a decisão prolatada pela D. 1ª JJF, pelo ilustre Relator José Bezerra Lima, plenamente de acordo com a Legislação. Dessa forma, entendo estar correta a Decisão da D. 1ª Junta de Julgamento Fiscal, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício, e homologar a Decisão Recorrida.

Concedida vistas do PAF ao Cons. Ciro Roberto Seifert, em sua manifestação, na assentada do julgamento, comentou que o sistema adotado pelo Sr. Inspetor foi em desacordo com a legislação. Entretanto, considerando que existia o controle desse estoque, sugere representar àquela INFAZ para que seja feita uma ação fiscal no estabelecimento autuado para saber se o imposto decorrente das saídas dos produtos que estavam depositados sem documentação fiscal, foram recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração **n.º 08888540/02**, lavrado contra **COOPERATIVA DE FOMENTO AGRÍCOLA VALENÇA LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de Dezembro de 2002.

HELCÔNIO DE SOUZA ALMEIDA - PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PROFZ